



Relatório de Gestão 2021



Relatório de Gestão

1- Nota Introdutória

3

1.1 -Introdução – Breve Historial

1.2 – Missão

1.3 - Estrutura Organizativa

1.4 – Descrição sumária da estrutura organizacional

1.5 - Recursos Humanos

2. Execução Financeira Global

2.1 Análise Orçamental

10

2.1.1 - Receita

2.1.2- Despesa

2.1.3 – Execução do Orçamento - Receita vs Despesa

2.2 - Análise Financeira

21

2.2.1 Balanço

2.2.2 Análise aos rácios associados ao Balanço

2.2.3 Demonstração de Resultados

2.2.4 Análise aos rácios associados à Demonstração de Resultados

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – Nota Introdutória

1.1 Introdução

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo foi criada em 1969. As então designadas Comissões de Planeamento Regional – CPR, tinham como objetivo prioritário elaborar estudos e preparar decisões relativos ao planeamento e ao desenvolvimento das respetivas regiões. Até 1974, ano que assinala a criação do poder local democrático em Portugal, a missão destas entidades caracterizou-se por uma dimensão consultiva e de acompanhamento dos planos de desenvolvimento regional. O apoio às autarquias locais passou então a constituir um outro objetivo nas funções das Comissões. É nesse contexto que surgem os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), cuja instituição formal ocorre em 1979. Nessa data as Comissões de Planeamento Regional passam a designar-se Comissões de Coordenação Regional (CCR) e são definidas as atuais cinco áreas de intervenção geográfica (Decreto-Lei n.º 494/79, de 21 de dezembro). A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, altera as competências das ex-CCR ao nível da gestão de programas financeiros nacionais, comunitários e de cooperação, sendo também alargadas aos domínios do planeamento urbanístico, ordenamento do território e ambiente (Decreto-Lei n.º 130/86, de 7 de junho). Em 1989 é instituída uma nova estrutura orgânica com o Decreto-Lei n.º 260/89, de 17 de agosto.

Em 1990 são criadas as Direções Regionais do Ambiente e Recursos Naturais (DRARN), no âmbito do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais passando as competências das direções regionais e recursos naturais criadas nas CCR, pelo Decreto-Lei n.º 260/89, de 17 de agosto, para as DRARN. Em 2000, com a criação das Direções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território (DRAOT) pelo Decreto-Lei n.º 127/2001, 17 de abril, o ordenamento do território deixa de fazer parte das competências das CCR. Em 2003 são criadas as CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) a partir da fusão das CCR e das DRAOT, as quais passam a integrar as competências nas áreas de planeamento e desenvolvimento regional, ambiente, ordenamento do território, conservação da natureza e biodiversidade e apoio às autarquias.

Já em 2007 e no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), foram publicados novos diplomas legais de enquadramento e definição das atribuições e competências das CCDR (Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de abril) enquanto organismos desconcentrados do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. O licenciamento e gestão das utilizações dos recursos hídricos deixam de integrar as competências das CCDR, passando para as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) em consequência da regulamentação da Lei da Água aprovada em 2005.

Com a atualização da estrutura orgânica das CCDR ficou ainda definida a extinção dos Gabinetes de Apoio Técnico (2008).

Presentemente, o modelo organizacional da CCDR LVT foi definido pelo Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de maio, Decreto-Lei n.º 24/2015, de 6 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 27/2020 de 17 de junho e Lei n.º 37/2020, de 17 de agosto. A CCDR LVT

compreende 6 direções de serviço e 13 unidades orgânicas flexíveis (Portaria n.º 528/2007, de 30 de abril, Despacho n.º 12 166/2007, de 19 de junho e Despacho n.º 7082/2013, de 31 de maio).

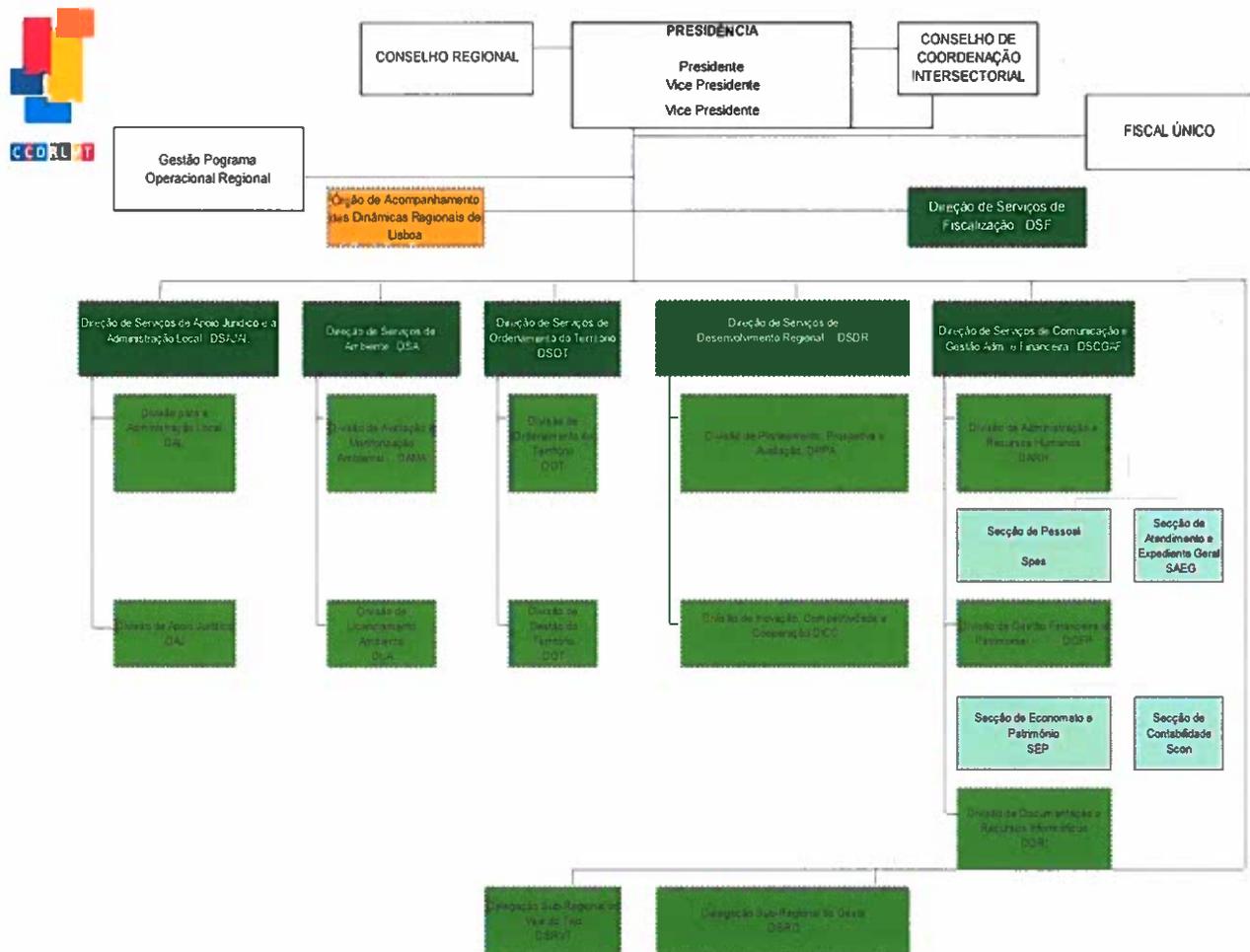
A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) é um serviço periférico da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa e financeira, sob a direção da Ministra da Coesão Territorial, em coordenação com a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, nas matérias relativas às autarquias locais, e com o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, em matérias de ambiente e ordenamento do território

1.2 Missão

Assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, ordenamento do território e cidades, de incentivos do Estado à comunicação social e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.

1.3 Estrutura Organizativa

Organograma da CCDR LVT:



Organização

A estrutura orgânica da CCDR LVT, prevista no Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, compreende os seguintes órgãos:

Presidente

Arq.ª Maria Teresa Almeida

Vices – Presidentes

Dr. Joaquim Sardinha

Dr. José Pereira Alho

Fiscal Único -Sociedade ABC – Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados, Lda., SROC n.º 115, registada na CMVM com o n.º 20161434, representada pelo Prof. Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues, ROC n.º 681.

Conselho de Coordenação Intersectorial - Com a composição e competências previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro.

Conselho Regional - Com a composição e competências previstas no artigo 7.º do Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro.

1.4 Descrição sumária da estrutura organizacional

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional – DSDR

Reforçar a capacidade da CCDR LVT no âmbito do planeamento e gestão estratégicos e da monitorização e promoção do desenvolvimento regional.

Divisão de Planeamento, Prospetiva e Avaliação – DPPA

Dinamizar a execução, a monitorização e a avaliação do impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional, nas áreas económica, social, ambiental e territorial e elaborar estudos de diagnóstico e prospetiva, de carácter regional, nas vertentes social, económica, territorial, ambiental e institucional, caracterizando de forma sistemática e permanente a sua área de atuação e identificando as principais oportunidades e fatores críticos do desenvolvimento.

Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação – DICC

Apoiar a elaboração e dinamização de programas integrados e projetos que contribuam para o reforço da capacidade de iniciativa local e da competitividade da Região, promover ativa e decisivamente o processo de internacionalização da RLVT, acompanhando e participando nos grandes temas da agenda política europeia e mundial, estabelecendo e estreitando relações de parceria e/ou intercâmbios entre a Região e outras Regiões a nível internacional. Igualmente deve assegurar todo o trabalho de incidência regional inerente ao objetivo Cooperação Territorial Europeia, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Direção de Serviços de Ordenamento do Território – DSOT

Promover e colaborar na elaboração, alteração e revisão, e implementação dos instrumentos de gestão territorial, bem como a promoção dos estudos necessários ao desempenho das referidas funções e ainda a prossecução da política de desenvolvimento urbano.

Divisão de Ordenamento do Território – DOT

Promover e acompanhar a elaboração, alteração, revisão e implementação dos instrumentos de gestão territorial; assegurar a delimitação e gestão da REN e participar nos estudos e ações necessárias ao desempenho das referidas funções e ainda em matéria de gestão integrada de zonas costeiras e de conservação da natureza e da biodiversidade.

Divisão de Gestão do Território – DGT

Contribuir para o aprofundamento do sistema de gestão territorial através do apoio e acompanhamento da prática planificatória e normativa do governo e das autarquias e acautelar de modo eficaz uma ocupação equilibrada e ordenada do território, bem como prevenir e acautelar eventuais danos através da apreciação de pretensões e exposições concretas.

Unidade de Instrução Técnica de Processos – UITP

Assegurar a instrução cartográfica das intenções entradas na CCDR LVT face aos IGT e condicionantes em vigor para posterior análise técnica nas áreas do Ordenamento do Território e Ambiente.

Direção de Serviços de Ambiente – DSA

Contribuir para a preservação e melhoria da qualidade do ambiente pelo exercício das suas competências no âmbito da avaliação ambiental, do licenciamento de atividades com repercussões no ambiente e da monitorização nos domínios do ar, do ruído e dos resíduos. Formar, informar e alertar a população sobre questões ambientais nos domínios do ar, do ruído e dos resíduos.

Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental – DAMA

Contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente acompanhando ou gerindo os processos de avaliação de impacto ambiental e os relativos à qualidade do ar e ambiente sonoro. Gerir a informação relativa ao estado do ambiente.

Divisão de Licenciamento Ambiental – DLA

Contribuir para a prevenção e controle da poluição através da participação nos processos de licenciamento, de gestão de resíduos e de controlo de emissões atmosféricas.

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local – DSAJAL

Apoiar técnica e juridicamente as autarquias locais e suas associações, visando conhecer o universo local, cooperar para o seu desenvolvimento e promover a qualidade dos serviços públicos prestados, bem como prestar assessoria jurídica aos órgãos e serviços internos da CCDR LVT e assegurar o acompanhamento dos processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial, no âmbito da atividade do organismo.

Divisão para a Administração Local – DAL

Apoiar tecnicamente as autarquias locais e suas associações, visando conhecer o universo local, cooperar para o seu desenvolvimento e promover a qualidade dos serviços públicos prestados.

Divisão de Apoio Jurídico – DAJ

Prestar apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR e à Administração Local. Proceder à instrução dos processos de contraordenação e ao acompanhamento dos processos de contencioso administrativo e judicial respeitantes à esfera de competências material e territorial da CCDR LVT.

Direção de Serviços de Fiscalização – DSF

Contribuir para a vigilância do território e fiscalizar nas áreas de ambiente e do ordenamento do território, com vista ao reforço e consolidação da capacidade de intervenção naquelas áreas e à reposição da legalidade.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira – DSCGAF

Assegurar a execução de medidas de organização e gestão nos planos administrativos, financeiro, patrimonial, de recursos humanos, de recursos e meios informáticos e de comunicação da CCDR LVT, dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa e executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica.

Divisão de Administração e Recursos Humanos – DARH

Assegurar a gestão de recursos humanos, o tratamento do expediente e o atendimento presencial e telefónico dos clientes da CCDR LVT

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial – DGFP

Exercer o controlo e o acompanhamento financeiro e patrimonial, tendo por objetivo a adoção de medidas adequadas à gestão integrada dos recursos.

Divisão de Documentação e Recursos Informáticos – DDRI

Contribuir no domínio da sociedade da informação e do conhecimento, através da promoção de uma cultura de qualidade mediante a melhoria dos métodos e processos de trabalho, recorrendo às novas tecnologias. Integração dos sistemas de informação técnico-administrativo de gestão dos recursos informativos, informáticos e de comunicação necessários à realização das atividades da Comissão; promoção e difusão de documentação/informação de âmbito regional com prestação de um serviço de informação de qualidade, na perspetiva científica, técnica e económica e de excelência no serviço público.

Unidade de Relações Públicas, Expediente e Atendimento – URPEA

Assegurar as funções de Secção de atendimento e expediente geral e, ainda, relações públicas institucionais e protocolo, organização de eventos, relações com a comunicação social.

Serviços Sub-Regionais:

Apoiar os serviços centrais da CCDR LVT na gestão e cumprimento dos investimentos regionais, no reforço e consolidação da capacidade de intervenção nas áreas do ordenamento do território e ambiente, com vista à promoção da qualidade e melhoria da gestão.

Delegação Sub-Regional do Oeste – DSRO

Delegação Sub-Regional do Vale do Tejo – DSRVT

Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa-Observatório

Gerir o sistema de informação regional de Lisboa e Vale do Tejo de suporte ao acompanhamento das dinâmicas regionais nos diversos domínios, visando a monitorização da Estratégia Regional, dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e dos Programas Operacionais, em articulação com outros sistemas de informação nacionais e regionais relevantes.

Produzir informação e reportes de situação no âmbito da monitorização e avaliação das dinâmicas regionais e da implementação e efeitos de estratégias, planos e programas.

Acompanhar a execução e os efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de execução, nomeadamente dos programas operacionais e dos instrumentos de gestão territorial;

Dinamizar, participar e acompanhar processos de planeamento estratégico de base territorial nomeadamente a estratégia regional de especialização inteligente.
Promover estudos e iniciativas de análise e reflexão estratégica sobre o desenvolvimento económico, social e territorial ao nível regional e sub-regional

Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014/2020

Gestão, acompanhamento e execução do POR Lisboa 2020. O POR Lisboa 2020 tem por missão reforçar a competitividade regional, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação. O objetivo é consolidar a posição de Lisboa entre as regiões inovadoras da UE, integrando-a plenamente na economia do conhecimento.

1.5 Recursos humanos

A estrutura orgânica da CCDR LVT conta com 132 trabalhadores/as a 31 de dezembro de 2021, distribuídos conforme tabela em abaixo.

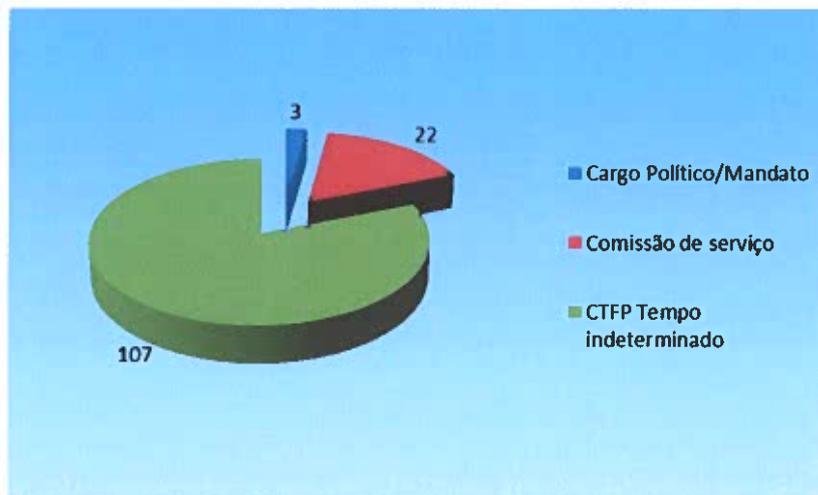
Grupo/Cargo/Carreira	Total
Dirigente Superior (i)	10
Dirigente Intermédio	15
Técnico Superior	66
Assistente Técnico (ii)	30
Assistente Operacional	4
Informático	7
TOTAL	132

(i) inclui 4 secretários técnicos, 1 coordenador do OADR e 2 vogais não executivos do PORLisboa 2020

(ii) inclui 1 carreira não revista de vigilantes da natureza (3 trabalhadores/as)

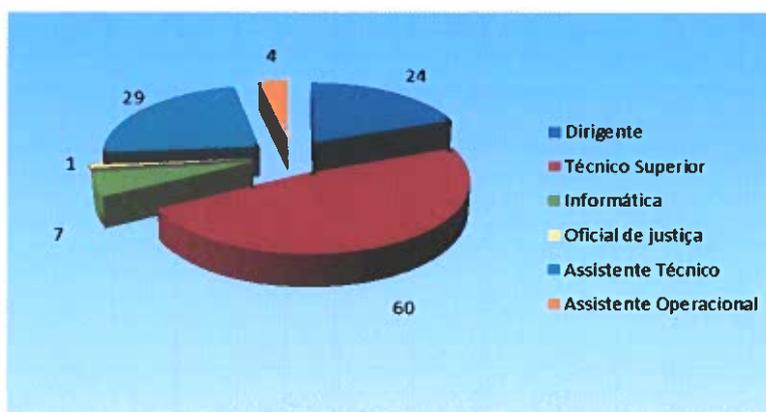
↓ Efetivos por modalidade de vinculação

Dos 132 trabalhadores/as em funções, verifica-se que 81.1 % (107 trabalhadores/as) têm contrato de trabalho em funções públicas por tempo Indeterminado, 2.3% (3 cargos dirigentes superiores) encontram-se em regime de Mandato/Cargo Político, 16.7% foram nomeados em Comissão de serviço (22 trabalhadores/as), dos quais 15 dirigentes intermédios encontram-se em regime de substituição conforme ilustra o gráfico seguinte:



↓ Efetivos por grupo profissional/cargo/carreira

Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, de acordo com o gráfico em baixo, constata-se, tal como em anos anteriores, a concentração de maior número de efetivos nos grupos de pessoal Técnico Superior 50% (66 trabalhadores/as) e Assistente Técnico 22.8% (30 trabalhadores/as- inclui 3 Vigilantes da Natureza).



↓ Efetivos segundo o género

Da análise dos dados de distribuição de efetivos por género, mantém-se a tendência dos anos anteriores, cf. quadro em baixo, na medida em que continua a verificar-se uma predominância de género feminino no universo dos efetivos (88 trabalhadoras) e na maioria dos grupos profissionais, à exceção do grupo de Dirigentes Superiores com 6 trabalhadores de género masculino e 4 de género feminino, e do grupo de assistentes operacionais com 3 trabalhadores de género masculino e 1 trabalhadora de género feminino. Esta realidade traduz-se numa taxa de feminização de 66.7% e de masculinização de 33.4 %.

Anos	2019	2020	2021
Mulheres	87	87	88
Homens	38	38	44
TOTAL	125	125	132

↓ Por Direção de Serviço:

UNIDADES ORGÂNICAS	RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO														TOTAL				
	NOMEAÇÃO EM COMISSÃO DE SERVIÇO					REGIME DE SUBSTITUIÇÃO		CT EM FUNC. PÚBL. TEMPO INDETERMINADO					MOB. INTERNA NA CATEGORIA			ESTAGIÁRIOS			
	PRES.	VICE-PRES.	VIGAL INEXECUTIVO	SEC. TÉCNICO	COORDENADOR ORÇ.	DIRETOR SERVIÇOS	CHEFE DIVISÃO	TÉC. SUP.	INFORM.	VIG. NATUR.	COORD. TÉCN.	ASS. TÉCN.	ASS. OPER.	TÉC. SUP.			ASS. TÉCN.	ASS. OPER.	TÉC. SUP.
Presidência	1	2						1				1	1				1		7
Dinâmicas Regionais de Lisboa					1				1										2
BAEG												1	1						2
PORL			2	4				11				1	1				2		20
Dir. Serv. Comun. Gest. Adm. Fin.						1		2											3
Divs. Adm. Rec. Humanos							1	3											4
Secção de Passos											1	2							3
Divs. Gest. Finan. Patrimonial							1	1				1							3
Secção de Contabilidade																			0
Tesouraria												1							1
Secção de Economia e Património											1	1	1						3
Divs. Doc. Rec. Informáticas									1			1							7
Dir. Serv. A. Jur. Adm. Local						1										2			3
Divs. Apoio Jurídico								5											5
Divs. Adm. Local								1									1		3
Dir. Serv. Desenv. Regional																			0
Divs. Plan. Prop. Avaliação							1	1								2			4
Divs. Inov. Comp. Cooperação								1	2										3
Dir. Serv. Fiscalização						1				2									3
Dir. Serv. Ambiente						1						2							3
Divs. Aval. Mon. Ambiental							1	7		1		1							10
Divisão de Lic. Ambiental								1	4										5
Dir. Serv. Orden. Território						1		1				3							5
Divs. Gest. Territorial							1	5											6
Divs. Ord. Território							1	5								2			8
UIBP								1				2							3
Del. Sub. Reg. Vale do Tejo								4	1			3				1			11
Del. Sub. Reg. do Oeste								2	1			3					1		7
TOTAL	1	2	2	4	1	5	10	58	7	3	2	22	3	6	3	1	2		134

Importa esclarecer que a diferença no número de trabalhadores no quadro distribuído por direção de serviço (134) e o quadro da estrutura orgânica da CCDR LVT (132) é que para efeitos de balanço social não se incluem os dois estagiários que foram selecionados no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração - Estágio AP XXI

2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL

A prestação de contas foi elaborada tendo por base os princípios e regras inerentes ao Orçamento de Estado e princípios contabilísticos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e o estatuído na Lei do Enquadramento Orçamental, por forma a apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e da execução orçamental da CCDR-LVT Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A CCDR LVT tem tentado adaptar-se permanentemente ao novo paradigma das contas públicas, no âmbito da Lei do Enquadramento Orçamental, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas que veio centra-se fundamentalmente na contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

A análise efetuada neste relatório traduz de uma forma sucinta a execução do orçamento referente ao ano de 2021, incidindo sobre uma análise à execução orçamental, financeira e de gestão, relatando as questões, transacções e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras, explicando a respectiva influência sobre as mesmas.

Em complemento às demonstrações financeiras, pretende-se neste capítulo fornecer informação sobre a posição financeira da CCDR LVT, desempenho orçamental e financeiro e fluxos de caixa. A análise da mesma incide sobre os itens das demonstrações financeiras mais importantes e significativas para tornar mais compreensível a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

É divulgada informação comparativa entre os valores orçamentados e os valores executados, ou seja, a comparabilidade integral dos períodos é agora retomada na sua plenitude visto que as demonstrações financeiras de 2021 e 2020 foram preparadas com base no mesmo referencial

2.1– Análise Orçamental

2.1 1– Receita

Em 2021, iniciou-se o exercício com uma dotação inicial de 8.583.338€, sendo 3.000.000€ € correspondentes a dotações do Orçamento de Estado e 3.893.540€ relativos à Receita Própria, que assumem maior relevância no orçamento da CCDR LVT. As restantes Fontes de Financiamento assumem um valor total de 1.689.798€.

Durante o ano de 2021, o orçamento da receita face às correcções apresentou um total de 17.710.376 €, tendo-se verificado uma variação absoluta total no valor de 9.127.038 €, de acordo com o seguinte quadro.

Orçamento da Receita - Variação por FF

FF	Designação	Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Variação Absoluta
311	RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000 €	2 700 000 €	0 €
351	RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	300 000 €	0 €
358	SalDOS de RG Afetas a Projetos Cofinanciados	0 €	588 908 €	588 908 €
361	RP afetas a projetos cofinanciados	153 878 €	164 272,0 €	10 394 €
368	SalDOS de RP afetas a projetos cofinanciados	0 €	12 215 €	12 215 €
414	FEDER - Lisboa 2020	1 532 460 €	1 397 335 €	-135 125 €
417	FEDER - POAT	0 €	161 574 €	161 574 €
482	Outros	3 460 €	3 460 €	0 €
488	SalDOS Fundos Europeus	0 €	243 464 €	243 464 €
513	Receitas próprias	3 893 540 €	3 883 146 €	-10 394 €
522	Saldo receitas transitadas	0 €	8 036 002 €	8 036 002 €
541	Transferencia RP entre Organismis	0 €	220 000 €	220 000 €
		8 583 338 €	17 710 376 €	9 127 038 €

A variação absoluta verificada face ao inicialmente previsto, assinala-se com maior impacto nos saldos transitados de receita própria e de receitas gerais afetas a projectos co-financiados, respectivamente de 8.036.002 € e 588.908 €. As outras variações são:

- Diminuição na FF 414 de 135.125 €, por forma a inscrever a fonte de financiamento 417. Esta diminuição resultou da necessidade da inscrição de dois novos projectos no âmbito da preparação do novo quadro comunitário 2021—2027;
- Fontes de financiamento 488 no valor de 243.464 € que dizem respeito a saldos de 2020, referentes a actividades (9 €) projectos (243.455 €);
- Fonte de financiamento 522, integração de saldos de receitas próprias;
- Fonte de Financiamento 541, de 220.000€, transferências do Fundo Ambiental no âmbito dos Protocolos celebrados, para a elaboração do Plano de Recuperação e Limpeza do Aterro do Zambujal (160.000€) e do financiamento para aquisição de analisadores poluentes atmosféricos e sistemas de amostragem de gases de partículas para a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar na RLVT (60.000€);

Face ao período homólogo de 2020, existiu um aumento no total da variação absoluta de 818.851 €, conforme quadro abaixo:

Orçamento da Receita - Variação por FF

FF	Designação	ANO 2021			ANO 2020		
		Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Variação Absoluta	Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Variação Absoluta
311	RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000 €	2 700 000 €	0 €	2 750 787 €	2 572 513 €	-178 274 €
313	Saldos de RI não afetas a projetos cofinanciados	0 €	0 €	0 €	0 €	9 €	9 €
351	RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	300 000 €	0 €	349 368 €	349 368 €	0 €
358	Saldos de RG Afetas a Projetos Cofinanciados	0 €	588 908 €	588 908 €	0 €	588 592 €	588 592 €
361	RP afetas a projetos cofinanciados	153 878 €	164 272 €	10 394 €	72 424 €	98 674 €	26 250 €
368	Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados	0 €	12 215 €	12 215 €	0 €	4 813 €	4 813 €
414	FEDER - Lisboa 2020	1 532 460 €	1 397 335 €	-135 125 €	1 252 951 €	1 252 951 €	0 €
417	FEDER - POAT	0 €	161 574 €	161 574 €	0 €	0 €	
482	Outros	3 460 €	3 460 €	0 €	120 414 €	120 414 €	0 €
488	Saldos Fundos Europeus	0 €	243 464 €	243 464 €	0 €	76 977 €	76 977 €
513	Receitas próprias	3 893 540 €	3 883 146 €	-10 394 €	3 422 574 €	5 361 394 €	1 938 820 €
522	Saldo receitas transitadas	0 €	8 036 002 €	8 036 002 €	0 €	5 811 000 €	5 811 000 €
541	Transferencia RP entre Organismis	0 €	220 000 €	220 000 €	0 €	40 000 €	40 000 €
		8 583 338 €	17 710 376 €	9 127 038 €	7 968 518 €	16 236 705 €	8 308 187 €

➤ Execução Orçamental da Receita

Em 2021 o orçamento das previsões corrigidas dispunha de um saldo de 17.710.376€. Foi cobrada receita no montante de 19.389.9416€, com uma taxa de execução de 109%.

Execução da receita por fonte de financiamento

FF	Designação	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de execução
311	RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000 €	2 325 724 €	86%
351	RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	274 205 €	91%
358	Saldos de RG Afetas a Projetos Cofinanciados	588 908 €	588 592 €	100%
361	RP afetas a projetos cofinanciados	164 272 €	77 900 €	47%
368	Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados	12 215 €	12 215 €	100%
414	FEDER - Lisboa 2020	1 397 335 €	1 328 743 €	95%
417	FEDER - POAT	161 574 €	17 856 €	11%
482	Outros	3 460 €	0 €	0%
488	Saldos Fundos Europeus	243 464 €	243 464 €	100%
513	Receitas próprias	3 883 146 €	6 225 217 €	160%
522	Saldo receitas transitadas	8 036 002 €	8 036 001 €	100%
541	Transferencia RP entre Organismis	220 000 €	260 000 €	118%
	Total	17 710 376 €	19 389 916 €	109%

Analisando os valores do quadro acima, constata-se que na sua globalidade a receita anual de 2021 (expurgado o efeito dos saldos da gerência anterior) teve uma execução de 10.509.644 € em termos absolutos - as receitas de impostos consignadas apresentaram uma execução de 25% e as receitas próprias apresentaram uma execução de 75%.

Em relação ao ano de 2020, verificou-se um acréscimo de 9% face às previsões corrigidas e um aumento na receita cobrada em cerca de 26%.

Execução da receita por fonte de financiamento

Fontes de Financiamento	ANO 2021			ANO 2020			Variação 2021/2020	
	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de execução	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de execução	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada
311 RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000 €	2 325 724 €	86%	2 572 513 €	1 597 563 €	62%	5%	46%
313 Saldos de RI não afetas a projetos cofinanciados	0 €	0 €	0%	9 €	0 €	0%	100%	0%
351 RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	274 205 €	91%	349 368 €	306 106 €	88%	-14%	-10%
358 Saldos de RG Afetas a Projetos Cofinanciados	588 908 €	588 592 €	100%	588 592 €	588 592 €	100%	0%	0%
361 RP afetas a projetos cofinanciados	164 272 €	77 900 €	47%	98 674 €	70 691 €	72%	66%	10%
368 Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados	12 215 €	12 215 €	100%	4 813 €	4 813 €	100%	154%	154%
414 FEDER - Lisboa 2020	1 397 335 €	1 328 743 €	95%	1 252 951 €	1 127 318 €	90%	12%	18%
417 FEDER - POAT	161 574 €	17 856 €	11%	0 €	0 €	0%	100%	100%
482 Outros	3 460 €	0 €	0%	120 414 €	10 352 €	9%	-97%	-100%
488 Saldos Fundos Europeus	243 464 €	243 464 €	100%	76 977 €	76 975 €	100%	216%	216%
513 Receitas próprias	3 883 146 €	6 225 217 €	160%	5 361 394 €	5 819 442 €	109%	-28%	7%
522 Saldo receitas transitadas	8 036 002 €	8 036 001 €	100%	5 811 000 €	5 776 435 €	99%	38%	39%
541 Transf. RP Afetas a Pr. Cofinanciados entre Org.	220 000 €	260 000 €	118%	40 000 €	40 000 €	100%	450%	550%
Total	17 710 376 €	19 389 916 €	109%	16 236 705 €	15 418 288 €	95%	9%	26%

O aumento da taxa de execução em 2021, face ao período homólogo, verifica-se essencialmente nas fontes de financiamento - 311 – Receita de Impostos - 368 - Saldos de RP afetas a Projectos Cofinanciados - 488 - Saldos de Fundos Comunitários e 541 - Transferência de RP entre Organismos.

2.1.2 – Enquadramento da Despesa

Em 2021 a dotação inicial da despesa foi de 8.583.338 € e a dotação corrigida de 9.073.251 €.

Por força do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 dezembro, remetendo para o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março e para as alíneas c) e d) do n.º1 e n.º2 do artigo 4.º da Lei n.º 71/2018 de 31 dezembro, foi aplicada uma cativação no montante de **474.735€** e nos termos do n.º7 do artigo 4.º da Lei n.º 71/2018 conjugado com a alínea c) do n.º1 artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 junho, um cativo adicional de 52.474€.

Através do Despacho n.º 127/SEO de 19 de fevereiro de 2021, foi autorizado o descativo das verbas cativas, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

Orçamento da Despesa - Variação por FF

F. DE FINANCIAMENTO	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Cativos Líquidos + Reserva
311 RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000 €	2 700 000 €	0 €
351 RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	300 000 €	0 €
361 RP afetas a projetos cofinanciados	153 878 €	164 272 €	0 €
414 FEDER - Lisboa 2020	1 532 460 €	1 397 335 €	0 €
417 FEDER -POAT	0 €	161 574 €	
482 Outros	3 460 €	3 460 €	0 €
488 Saldos Fundos Europeus	0 €	243 464 €	0 €
513 Receitas próprias	3 893 540 €	3 883 146 €	12 474 €
541 Transf. RP entre Organismos	0 €	220 000 €	40 000 €
Total	8 583 338 €	9 073 251 €	52 474 €

Face ao período homólogo de 2020, existiu um aumento no total das dotações iniciais em 8%, mas nas dotações corrigidas verifica-se uma diminuição em -8%, assim como nos cativos líquidos e reservas - 94%, conforme quadro abaixo:

Orçamento da Despesa - Variação por FF

F. DE FINANCIAMENTO	ANO 2021			ANO 2020			Variação 2021/2020		
	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Cativos Líquidos + Reserva	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Cativos Líquidos + Reserva	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Cativos Líquidos + Reserva
311 RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000 €	2 700 000 €	0 €	2 750 787 €	2 572 513 €	43 163 €	-2%	5%	-100%
351 RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	300 000 €	0 €	349 368 €	349 368 €	0 €	-14%	-14%	#DIV/0!
361 RP afetas a projetos cofinanciados	153 878 €	164 272 €	0 €	72 424 €	98 674 €	0 €	112%	66%	#DIV/0!
414 FEDER - Lisboa 2020	1 532 460 €	1 397 335 €	0 €	1 252 951 €	1 252 951 €	0 €	22%	12%	#DIV/0!
417 FEDER -POAT	0 €	161 574 €		0 €	0 €	0 €	0%	100%	0%
482 Outros	3 460 €	3 460 €	0 €	120 414 €	120 414 €	0 €	-97%	-97%	0%
488 Saldos Fundos Europeus	0 €	243 464 €	0 €	0 €	76 977 €	0 €	0%	216%	0%
513 Receitas próprias	3 893 540 €	3 883 146 €	12 474 €	3 422 574 €	5 361 394 €	815 476 €	14%	-28%	-98%
541 Transf. RP entre Organismos	0 €	220 000 €	40 000 €	0 €	40 000 €	0 €	0%	450%	100%
Total	8 583 338 €	9 073 251 €	52 474 €	7 968 518 €	9 872 291 €	858 639 €	8%	-8%	-94%

➤ Execução Orçamental da Despesa

A despesa paga em 2021, cifrou-se nos 6,6M €, correspondendo a um grau de execução de 73%, quando comparado com o orçamento corrigido.

Execução da despesa por fonte de financiamento

F. DE FINANCIAMENTO	Dotações Corrigidas	Despesa Total	Taxa de Execução
311 RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000	2 325 724 €	86%
351 RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	274 205 €	91%
361 RP afetas a projetos cofinanciados	164 272	77 900 €	47%
414 FEDER - Lisboa 2020	1 397 335	796 483 €	57%
417 FEDER -POAT	161 574	17 856 €	11%
482 Outros	3 460	0 €	0%
488 Saldos Fundos Europeus	243 464	200 127 €	82%
513 Receitas próprias	3 883 146	2 752 306 €	71%
541 Transf. RP entre Organismos	220 000	174 655 €	79%
Total	9 073 251 €	6 619 256 €	73%

Em relação ao ano de 2020, verificou-se um pequeno acréscimo na despesa executada 81.555€, que representa apenas uma taxa de execução em cerca de 1%.

Execução da despesa por fonte de financiamento

F. DE FINANCIAMENTO	ANO 2021			ANO 2020			Variação 2021/2020	
	Dotações Corrigidas	Despesa executada	Taxa de Execução	Dotações Corrigidas	Despesa executada	Taxa de Execução	Dotações Corrigidas	Despesa executada
311 RI não afetas a projetos cofinanciados	2 700 000	2 325 724 €	86%	2 572 513	1 597 248 €	62%	5%	46%
351 RI afetas a projetos cofinanciados	300 000 €	274 205 €	91%	349 368 €	306 106 €	88%	-14%	-10%
361 RP afetas a projetos cofinanciados	164 272	77 900 €	47%	98 674	63 289 €	64%	66%	23%
414 FEDER - Lisboa 2020	1 397 335	796 483 €	57%	1 252 951	927 948 €	74%	12%	-14%
417 FEDER -POAT	161 574	17 856 €	11%	0	0 €	0%	100%	100%
482 Outros	3 460	0 €	0%	120 414	0 €	0%	-97%	0%
488 Saldos Fundos Europeus	243 464	200 127 €	82%	76 977	43 235 €	56%	216%	363%
513 Receitas próprias	3 883 146	2 752 306 €	71%	5 361 394	3 559 876 €	66%	-28%	-23%
541 Transf. RP entre Organismos	220 000 €	174 655 €	79%	40 000 €	40 000 €	100%	450%	337%
Total	9 073 251 €	6 619 256 €	73%	9 872 291 €	6 537 701 €	66%	-8%	1%

Como se verifica no quadro acima o pequeno aumento da despesa executada está reflectida nas seguintes fontes de financiamento:

311 – RI - deve-se ao fato de a cobrança de receita própria, no que respeita às transferências da APA, IP referentes á Taxa de Gestão de Resíduos, ocorrer apenas no segundo semestre;

361 – R.P afeta a projectos co-financiados - atendendo à diminuição do plafond atribuído ao orçamento de projectos, verificou-se a necessidade de afetar receita própria para suportar os encargos com os encargos da estrutura de apoio ao Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais;

488 - Saldos fundo comunitários - foram superiores ao do ano anterior;

541 – Transferência de RP entre Organismos - proveniente da transferência do Fundo Ambiental no âmbito dos Protocolos celebrados, para a elaboração do Plano de Recuperação e Limpeza do Aterro do Zambujal (200.000€) e do financiamento para aquisição de analisadores poluentes atmosféricos e sistemas de amostragem de gases de partículas para a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar na RLVT (60.000€).

No que respeita às diminuições, estas verificam-se nas seguintes fontes de financiamento:

513 – Receita Própria - pelo ao fato de que no ano de 2020, existia uma dívida transitada de 2019 referente ao contrato de arrendamento do edifício da Rua Alexandre Herculano, n.º 37- Lisboa, à Estamo.

351/414 – Estas duas fontes de financiamento, suportaram os encargos com os projetos de investimento co-financiados - Assistência Técnica ao Programa Operacional de Lisboa 2020 e Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais Lisboa, de acordo com as disponibilidades existentes.

Execução orçamental- Medidas 095 e 096- Covid19

Com o surgimento da pandemia Covid19, com o seu impacto mais direto a partir do mês de março/2020, as entidades foram obrigadas a incorrer em gastos adicionais, quer ao nível das despesas correntes quer ao nível de despesas de capital (com aquisição de equipamentos informáticos).

Visando um controlo mais direto da receita e despesa originada pela pandemia, foram criadas pela DGO duas medidas temporárias para imputação de todas as dotações de receita e despesa:

Medida 095 – “*Contingência COVID 2019* - prevenção, contenção, mitigação e tratamento” – Para as despesas diretamente decorrentes no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica;

Medida 096 – “*Contingência COVID 2019* – garantir normalidade” - despesas indiretamente decorrentes dos constrangimentos causados pela pandemia e que se relacionem com a reposição da normalidade administrativa do funcionamento das instituições.

A CCDR LVT apenas executou despesa na **Medida 096**, pelo que se apresenta de seguida um resumo da execução orçamental da medida acima descrita, representando igualmente uma análise da receita e despesa no âmbito da pandemia durante estes dois anos.

COVID19- Execução Orçamental Receita no âmbito da circular série A nº 1398-medida (

RCE	Receita Cobrada 2021	Receita Cobrada 2020	Variação	RCE	Despesa Executada a 2021	Despesa Executada a 2020	Variação
04.01.99	1 392	5 000	-3 608	02.01.21	474	2 750	-2 276
				02.02.02	0	1 903	-1 903
				Total	474	4 654	-4 180

Relativamente à despesa efetuada no âmbito da pandemia Covid19, evidenciam-se os gastos em outros bens de aquisição de produtos, tais como: gel desinfetante, luvas e máscaras. Ainda no ano de 2020, houve necessidade de efectuar uma limpeza e higienização aos aparelhos do ar condicionado.

Execução por agrupamento.

No que respeita à execução da despesa por agrupamento, apresenta-se o quadro abaixo:

Execução da despesa por agrupamento

Tipologia	2021	2020	Variação
PESSOAL:			
Rem.certas e permanentes	3 599 690	3 491 131	3%
Abonos variáveis e eventuais	25 854	13 659	89%
Contribuições	833 999	809 833	3%
Total encargos c/pessoal	4 459 542	4 314 623	3%
Aquisição de bens e serviços	1 873 769	2 031 940	-8%
juros e outros encargos	1 860	105	1667%
Outras despesas correntes	60 645	48 587	25%
Despesas de Capital	223 440	142 445	57%
Total Geral	6 619 256	6 537 701	1%

Verifica-se um pequeno acréscimo na globalidade da execução. Em quase todos os agrupamentos, constata-se um aumento face ao mesmo período homólogo. O agrupamento das despesas de juros e outros encargos é o que tem uma variação mais acentuada, devido ao pagamento dos juros do processo nº 1866/15.5/BELRA- Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, em que a CCDR LVT foi réu.

2.3- Execução do Orçamento - Receita vs Despesa

Execução Receita/ despesa

F. DE FINANCIAMENTO	Receita Cobrada	Despesa Total	Taxa de Execução
311 RI não afetas a projetos cofinanciados	2 325 724 €	2 325 724 €	100%
351 RI afetas a projetos cofinanciados	274 205 €	274 205 €	100%
358 Saldos de RG Afetas a Projetos Cofinanciados	588 592 €	0 €	0%
361 RP afetas a projetos cofinanciados	77 900 €	77 900 €	0%
368 Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados	12 215 €	0 €	0%
414 FEDER - Lisboa 2020	1 328 743 €	796 483 €	60%
417 FEDER - POAT	17 856 €	17 856 €	100%
482 Outros	0 €	0 €	0%
488 Saldos Fundos Europeus	243 464 €	200 127 €	82%
513 Receitas próprias	6 225 217 €	2 752 306 €	44%
522 Saldo receitas transitadas	8 036 001 €	0 €	0%
541 Transferencia RP entre Organismis	260 000 €	174 655 €	67%
Total	19 389 916 €	6 619 256 €	34%

Do quadro acima importa salientar o seguinte:

- A receita cobrada da fonte de financiamento 311, foi integralmente aplicada no agrupamento de despesas com o pessoal, suportando 37% dos vencimentos dos trabalhadores da CCDR LVT;

- As receitas cobradas das fontes de financiamento 351,361,414, 417 e 488, foram aplicadas nos vários projectos de investimento e suportaram as remunerações dos trabalhadores afetos ao Programa Operacional de Lisboa 2020 e ao Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais e todos os custos de aquisições de serviços no âmbito destas estruturas de apoio e dos outros projectos de investimento;

- A receita cobrada das fontes de financiamento 358 e 368, são saldos referentes á participação nacional dos projectos de investimento. Desconhece-se a decisão do SEO relativamente ao pedido efectuado pela CCDR LVT em 19.05.2021.

- A receita cobrada da fonte de financiamento 513 – Receita Própria - foi aplicada no agrupamento de despesas com o pessoal, suportando assim, o remanescente dos encargos com os vencimentos dos trabalhadores e todos os encargos decorrentes do funcionamento da CCDR LVT, bem como os relativos aos projectos de investimento.

- A receita cobrada da fonte de financiamento 522 – Saldos de Receita Própria - não foi integrada no orçamento da despesa, uma vez que se desconhece a decisão do SEO relativamente ao pedido efectuado pela CCDR LVT em 17.02.2021.

- A receita cobrada da fonte de financiamento 541 – foi aplicada no âmbito dos dois protocolos celebrados com o Fundo Ambiental como já referido anteriormente.

Concluindo-se, assim, que transita para o ano de 2022, um saldo orçamental no montante de 12.7M€.

3-ANÁLISE FINANCEIRA

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subquentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Face à pandemia COVID-19, a entidade admite a exposição ao risco associado, podendo o mesmo traduzir-se em perdas e atrasos operacionais relevantes no ano 2021, não passíveis ainda de quantificação relativamente ao seu impacto financeiro. No entanto, considera que estas contingências não colocam em causa a continuidade das suas operações.

Pelo que, após o encerramento do período e até à elaboração do presente relatório de gestão, não se registaram outros fatos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

3.1- Análise ao Balanço

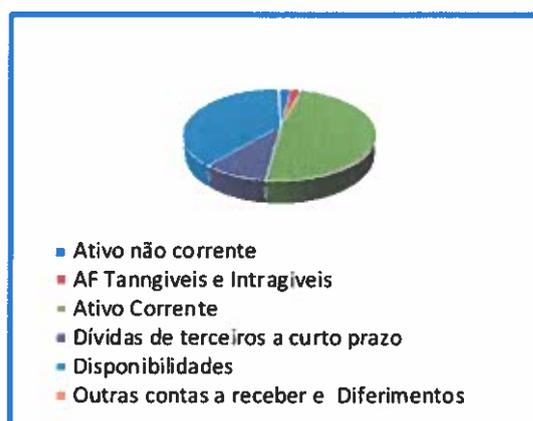
A estrutura patrimonial da CCDD LVT encontra-se resumida no balanço sintético. Este documento pretende efetuar uma análise da evolução das principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

Ativo	2021	2020	Fundos Próprios e Passivo	2021	2020
AF Tangíveis e Intangíveis	697 357,21 €	653 909,29 €	Fundos próprios	11 168 975,07 €	7 554 607,56 €
Cientes, Contribuintes e utentes	3 137 419,27 €	2 931 800,33 €	Fornecedores	- €	51 866,04 €
Disponibilidades	13 024 437,17 €	8 940 828,87 €	Dívidas a terceiros a curto prazo	4 191 520,14 €	3 760 326,14 €
Outras contas a receber e Diferimentos	170 202,31 €	107 920,56 €	Provisões para riscos e encargos	1 280 872,76 €	873 870,83 €
TOTAL	17 029 415,96 €	12 634 459,05 €	TOTAL	17 029 415,96 €	12 634 459,05 €

É de referir que o Balanço reflete a regra do equilíbrio, ou seja, o total dos ativos (17.029.415,96€) é igual à soma do total dos fundos próprios (11.168.975,07€) com o total do passivo (5.860.440,89€).

❖ Ativo

Ativo	2021	2020
Ativo não corrente	697 357,21 €	653 909,29 €
AF Tangíveis e Intangíveis	697 357,21 €	653 909,29 €
Ativo Corrente	16 332 058,75 €	11 980 549,76 €
Dívidas de terceiros a curto prazo	3 137 419,27 €	2 931 800,33 €
Disponibilidades	13 024 437,17 €	8 940 828,87 €
Outras contas a receber e Diferimentos	170 202,31 €	107 920,56 €
Outras contas a receber e Diferimentos	170 202,31 €	107 920,56 €
TOTAL	17 029 415,96 €	12 634 459,05 €



A dívida a clientes, contribuintes e utentes, que representa 18% do total do ativo, é composta por verbas decorrentes da atividade sobre guias que foram emitidas, mas ainda não cobradas (referentes a processos de contraordenação) num total de cerca de 3,1M€, e implicando um valor das imparidades de 296 mil €. De referir que as imparidades acumuladas respeitam a receitas que, à data do fecho de contas, se encontravam por arrecadar no que respeita a guias emitidas e não pagas.

O ativo da CCDR LVT a 31 de dezembro de 2021 ronda os 17 M€, determinado pelos 13 M€ em disponibilidades (representam 76% do total), cujo valor inclui saldo afeto aos orçamentos de funcionamento (12M€) e de investimento (1M€),

O AFT e o AI da CCDR, que constitui 4% do ativo total, encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo o valor líquido de 697.357,21€. A comparação com o seu valor bruto (5,9M€) indicia que os equipamentos em utilização se encontram num estado bastante avançado da sua vida útil estimada (como é o caso da frota automóvel). As depreciações e amortizações acumuladas dos AFT e AI ascendem a 5,2M€.

Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	2021			2020
	QBF	DA	QBF	
Equipamento básico	1 935 340,89 €	1 438 181,09 €	497 159,80 €	531 945,75 €
Equipamento de transporte	53 714,27 €	49 735,15 €	3 979,12 €	1 851,73 €
Equipamento administrativo	2 604 562,24 €	2 442 162,24 €	162 400,00 €	101 141,22 €
Outros ativos tangíveis	3 046,99 €	3 046,99 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	1 371 205,71 €	1 337 387,42 €	33 818,29 €	18 970,59 €
TOTAL	5 967 870,10 €	5 270 512,89 €	697 357,21 €	653 909,29 €

Como referido nos pontos 3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras foi aplicado aos ativos fixos intangíveis e tangíveis o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2105, de 11 de setembro. Da sua conversão e aplicação verifica-se que alguns bens sofreram alterações na sua classificação. No entanto e à semelhança do registado em anos anteriores, o equipamento básico continua a representar a maioria do total do imobilizado (71%). Os equipamentos administrativos cerca de (23%) do imobilizado e os programas de computador e sistema de informação (5%). De referir que as aquisições realizadas no decurso do ano de 2021 não permitiram reverter a tendência decrescente dos respectivos ativos. Destaca-se ainda o facto de se encontrarem totalmente depreciados os bens classificados noutros ativos tangíveis.

Por último, outras contas a receber e diferimentos, cujo peso no activo é de 1% e verifica-se um aumento face a 2020. Houve também um aumento ao nível dos diferimentos de gastos, resultante do diferimento da renda da Estamo que resulta do pagamento antecipado de um mês.

❖ Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS

Fundos Próprios	2021	2020
Património	2 129 984,61 €	2 129 984,61 €
Doações	4 000,00 €	4 000,00 €
Outras variações	-3 241 347,36 €	-3 238 104,72 €
Resultados Transitados	8 658 727,67 €	6 881 504,26 €
Resultado Líquido Período	3 617 610,15 €	1 777 223,41 €
TOTAL	11 168 975,07 €	7 554 607,56 €



No que respeita aos fundos próprios, verificou-se um aumento na rubrica de resultados transitados por conta da absorção do resultado líquido de 2020.

Por último destaca-se que o fato de o Resultado Líquido do Período de 2020 ser positivo, contribuiu para um aumento dos Fundos Próprios em 32%. Comparativamente a 2020, verifica-se um aumento de 51%.

❖ Passivo

PASSIVO

Passivo	2021	2020
Fornecedores	0,00	51 866,04
Dívidas a terceiros a curto prazo	4 191 520,14	3 760 326,14
Provisões para riscos e encargos	388 047,99	393 788,48
Diferimentos	1 280 872,76	873 870,83
TOTAL	5 860 440,89	5 027 985,45 €



O passivo da CCDR LVT ronda os 5,8M€, sendo maioritariamente, cerca de 4,1 M€ (o que representa 72% do total do passivo), constituído por fornecedores, "outros credores", mais concretamente por terceiros a quem a CCDR LVT terá de [previsivelmente] repartir as receitas decorrentes da sua atividade no que diz respeito a processos de contraordenação (quando e se estas forem efetivamente recebidas) e que se encontram justificadas através de suporte documental.

Verifica-se uma diminuição da provisão para riscos e encargos em relação ao ano de 2020. Deve-se à anulação do processo nº 1866.15.5 BRLRA, que em 20.04.2021 veio o tribunal condenar a CCDR LVT ao pagamento do montante 5.740.59€, valor provisionado a favor da queixosa Maria Aurora Santos. O montante da provisão a 31.12.2021 é referente à constituição de 30% (388.047,99€) do processo n.º 1162/20.6.BELSB – Ação Administrativa Comum (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa) que implica uma condenação da CCDR LVT no pagamento ao queixoso "Trianovo – Resíduos de Construção Civil, Lda." de uma indemnização no valor de 1.293.493,29€.

Os diferimentos representam cerca de 22% do total do passivo, referentes não só aos subsídios recebidos para financiar despesas de capital, mas também saldos provenientes dos projetos de investimento próprio da CCDR LVT, que transitam para 2022.

3.2 Análise de rácios associados ao Balanço

A análise de rácios a nível financeiro permite, para além da análise detalhada realizada anteriormente, captar o posicionamento da CCDRLVT relativamente a alguns indicadores considerados essenciais para aferir a sua capacidade económica e financeira.

➤ Financiamento

Os rácios de financiamento – também denominados de rácios de cobertura – medem a capacidade da CCDRLVT sobreviver no médio e no longo prazo, avaliando o risco do não cumprimento da dívida (passivo).

	2021	2020	Δ
Autonomia = Fundos Proprios/Ativo	66%	60%	6%
Solvabilidade= Fundos Proprios/Passivo	191%	149%	41%
Endividamento= Passivo/Ativo	34%	40%	-6%

Nota-se uma melhoria na **estrutura de financiamento (ou autonomia)** da CCDRLVT em relação a 2020 (cerca de 6%) por conta do aumento do peso que os capitais permanentes assumem no total das origens de fundos, estando, como seria desejável, a evoluir positivamente no sentido de garantir a estabilidade desta instituição.

No rácio de **solvabilidade** verificou-se um aumento de 41% em relação a 2020, por conta do aumento dos Fundos Próprios (conforme mencionado anteriormente), mas verifica-se um aumento do Passivo. Assim, este rácio evidencia o aumento da independência da CCDRLVT em relação aos seus credores, não se encontrando comprometida a capacidade desta em solver as responsabilidades assumidas perante terceiros.

Por último, o rácio de **endividamento** permite analisar a capacidade da CCDRLVT em suportar perdas sem incumprir com o pagamento da dívida. Em relação a 2020, este rácio diminuiu em 6% e permite verificar que o peso do passivo (ou endividamento) na estrutura de financiamento da entidade ficou maior, o que significa que é agora maior o grau de risco relacionado com a organização e maior a capacidade de endividamento potencial.

➤ Liquidez

Os rácios de liquidez medem a capacidade da CCDRLVT em pagar as suas obrigações de curto prazo e satisfazer inesperadas necessidades de liquidez. Em média, e analisando os indicadores da tabela infra, aumentou a velocidade com que os activos se tornam líquidos para, caso haja necessidade, fazer face a obrigações decorrentes dos passivos de curto prazo.

	2021	2020	Δ
Geral=Ativo Corrente/Passivo Corrente	298%	259%	39%
Imediata=Disponibilidades/PC	238%	193%	45%

O rácio de liquidez **geral** teve um aumento acentuado face a 2020, que aumentou o grau de cobertura da dívida corrente, isto é, melhorou a capacidade da CCDR LVT para cumprir as suas obrigações com os credores. De destacar o fato positivo do ativo corrente ser suficiente para cobrir o passivo corrente.

Por último, e de acordo com o rácio de liquidez **imediata**, verifica-se também aumento em relação a 2020 (em linha com o verificado no rácio anterior) da capacidade de fazer face ao passivo corrente utilizando somente as disponibilidades.

➤ Estrutura

O rácio de **estrutura do activo** pretende medir a relação entre o activo não corrente (considerado como activo de médio e longo prazo) e o corrente. Tal como referido anteriormente, a preponderância do activo corrente face ao fixo permanece muito elevada apesar de se ter notado um decréscimo de -1% neste rácio conforme ilustra a tabela seguinte:

	2021	2020	Δ
Estrutura Activo = AFixo/ACorrente	4%	5%	-1%

3.3 – Análise da Demonstração de Resultados

A análise à Demonstração de Resultados (DR) evidencia um Resultado Líquido de cerca de 3,6M€ essencialmente impulsionado pelos resultados antes das depreciações e gastos de financiamento que rondam um valor de 3,8M€. Em relação ao ano de 2020, verifica-se um aumento, por um lado, devido á boa cobrança de rendimentos e por outro lado, pelo não aumento das provisões.

	2021	2020
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento	3 799 462,30 €	1 945 409,98 €
Resultados Operacionais	3 619 470,17 €	1 777 328,67 €
Resultados antes de impostos	3 617 610,15 €	1 777 223,41 €
Resultado Líquido do Período	3 617 610,15 €	1 777 223,41 €

Em síntese, conforme tabela infra, os rendimentos significativos foram suficientes para cobrir os gastos significativos (inclui todos os gastos da CCDR LVT).

	2021	2020
Δ Rendimentos significativos	10 518 677,26 €	8 538 463,34 €
Δ Gastos significativos	6 901 067,11 €	6 791 239,93 €

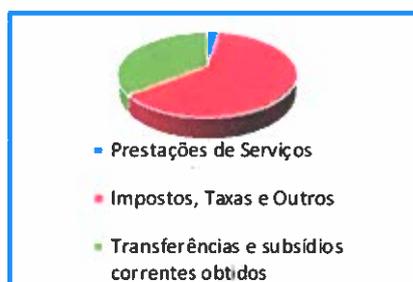
Nos subcapítulos seguintes apresenta-se uma análise pormenorizada quanto à estrutura de gastos e rendimentos significativos.

Por último, é de referir que Resultado Líquido apresentado na Demonstração de Resultados coincide com o valor de 3.617.610,15 €, apresentado nos Fundos Próprios no Balanço.

❖ Resultados Operacionais

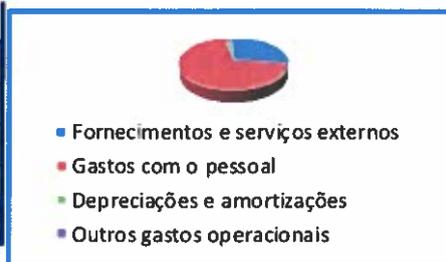
Refletindo as atividades principais da CCDR, os resultados operacionais são um importante indicador não só para o período em análise, mas também numa perspetivação de sustentabilidade, considerando o estatuto de autonomia administrativa e financeira.

Rendimentos	2021	2020
Prestações de Serviços	236 323,66 €	179 510,08 €
Impostos, Taxas e Outros	6 486 588,10 €	5 342 187,84 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 709 265,99 €	2 774 244,78 €
TOTAL	10 432 177,75 €	8 295 942,70 €



Em 2021 a rubrica de impostas e taxas representou 62% das receitas da CCDR LVT (em 2020 situou-se nos 64%), ultrapassando em 38% o peso das transferências (maioritariamente relacionadas com verbas recebidas do Orçamento de Estado) que representam 36% do total dos rendimentos operacionais. Em 2019 situou-se também nos 33%. A emissão de pareceres e de licenças e as vistorias totalizam 236.323,66€ (cerca de 2% do total de rendimentos operacionais, aumentando o seu peso em relação a anos anteriores). Assim os rendimentos operacionais totalizaram 10.432.177,75€ representando 97% do total de rendimentos e ganhos.

Gastos	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos	1 752 661,07 €	1 572 553,38 €
Gastos com o pessoal	4 465 332,39 €	4 303 065,37 €
Depreciações e amortizações	179 992,13 €	168 081,31 €
Outros gastos operacionais	41 139,00 €	40 300,25 €
TOTAL	6 439 124,59 €	6 084 000,31 €



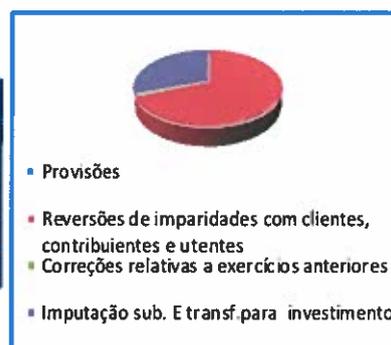
Os gastos operacionais ascendem a 6,4M€ e representam 97% do total de gastos e perdas, distribuindo-se da seguinte forma: 69% em gastos com o pessoal, 27% em fornecimentos e serviços externos, e um peso quase negligenciável de quotizações inseridas em outros gastos operacionais, de depreciações e amortizações e de provisões do exercício. As rubricas de gastos operacionais inverteram a tendência decrescente verificada em anos anteriores sobretudo por força do aumento de cerca de 7% de gastos depreciações e amortizações e 2% de outros gastos de exercício. Relativamente ao FSE verificou-se um aumento em cerca de 11%, em que se destaca os trabalhos especializados e conservação e reparação de bens.

A conjugação dos rendimentos e dos gastos operacionais de 2021 é responsável pelos resultados obtidos e que ascendem a 3.993.053,16€.

❖ Outros Resultados

Em 2021 os outros rendimentos ascenderam a um total de 276.766,02€

Outros Rendimentos	2021	2020
Provisões	- €	- €
Reversões de imparidades com clientes, contribuinte	190 266,51 €	115 304,07 €
Correções relativas a exercícios anteriores	3 472,84 €	121 928,52 €
Imputação sub. E transf para investimento	83 026,67 €	84 631,57 €
TOTAL	276 766,02 €	321 864,16 €

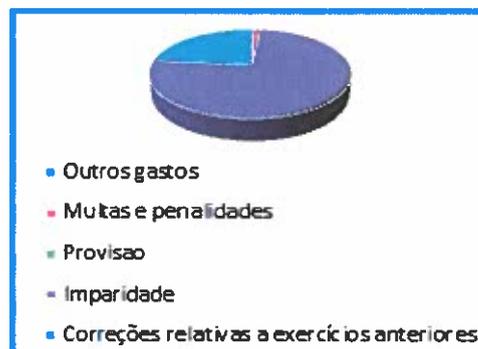


A variação significativa comparativamente com o período anterior, decorre da rubrica correções relativas a exercícios anteriores. A diminuição em relação ao ano anterior é justificada pela nova adoção de contabilização relativamente há anulação do acréscimo com o subsídio de férias. A rubrica de imparidades verificou-se um aumento em relação ao ano anterior justificado pela atividade corrente da CCDR LVT relativamente a processos de contraordenação (nomeadamente decisões de Tribunal que resultaram na extinção da dívida quer por pagamento quer por falta de bens para penhora).

Também o reconhecimento de rendimentos relativos a transferências de capitais obtidos, representa -2% do face ao ano anterior.

No que respeita aos outros gastos e perdas, ascendem a um total de 650.349,01€:

Outros Gastos	2021	2020
Outros gastos	2 775,11 €	4 147,95 €
Multas e penalidades	8 684,80 €	2 980,55 €
Provisao	- €	388 047,99 €
Imparidade	486 748,50 €	94 670,00 €
Correções relativas a exercí cios anterior	152 140,60 €	281 958,37 €
TOTAL	650 349,01 €	771 804,86 €



No que respeita aos outros gastos, em 2021, não foi constituída nenhuma provisao para riscos. No entanto, verifica-se um aumento da rubrica de imparidades de clientes, contribuintes e utentes.

3.4– Análise de rácios associados à Demonstração de Resultados

➤ Rentabilidade

Os rácios de rentabilidade reflectem a capacidade que a CCDRLVT tem de gerar resultados. São constituídos por uma rúbrica de resultados no numerador (o resultado líquido do exercício) e, no denominador, por uma rúbrica que possa ter estado na origem desses mesmos resultados. Assim, facilmente se compreende que, quanto maiores estes rácios, em melhor situação se encontra a instituição. No caso da rentabilidade líquida das **vendas**, no denominador é colocado o montante da prestação de serviços, enquanto na rentabilidade líquida do **activo** é colocado o montante do activo líquido da CCDRLVT e na rentabilidade líquida dos **fundos próprios** – e como o próprio nome indica - é colocado o total dos fundos próprios da instituição.

	2021	2020
Vendas = Resultado Líquido/Vendas	1533%	990%
Activo = Resultado Líquido/Activo	21%	14%
Fundos Próprios = Resultado Líquido/Fundos Próprios	32%	24%

Ora, tendo sido o resultado líquido do período positivo, verifica-se que foi inferior ao do ano anterior. No entanto, a CCDRLVT possui margem para suportar aumentos de gastos ou descidas nos rendimentos.

O resultado líquido da CCDR LVT no exercício de 2021 totalizou 3.617.610,15€, sendo que será proposto à Tutela que o referido resultado seja incorporado em resultados transitados". – este exemplo baseia-se no que foi registado contabilisticamente pela CCDR LVT em anos anteriores.

> **Actividade**

Este indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência na utilização dos ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo maior é a eficiência operacional. Em 2021 é de um ponto percentual da eficiência face a 2020 é inalterável

	2021	2020
Rotação do Activo = Vendas/Activo	1%	1%

Haiz Terese Muv de Alva: S

Lisboa, 25 de março de 2022



Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa T: 213 837 100 F: 213 837 192
Rua Zeferino Brandão, 2005-240 Santarém T: 243 326 541 F: 243 323 289
Rua de Camões, 85, 2500-174 Caldas da Rainha T: 262 841 981 F: 262 842 537
<http://www.ccdr-lvt.pt/>
geral@ccdr-lvt.pt